



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000524239**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2097907-09.2021.8.26.0000, da Comarca de Guarulhos, em que é impetrante RONALDO VIEIRA DOS SANTOS e Paciente JUCIMARA MARIA DE SOUSA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 16ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CAMARGO ARANHA FILHO (Presidente sem voto), OTÁVIO DE ALMEIDA TOLEDO E GUILHERME DE SOUZA NUCCI.

São Paulo, 5 de julho de 2021.

**MARCOS ALEXANDRE COELHO ZILLI**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Voto nº 2872**

**16ª Câmara de Direito Criminal**

**Habeas Corpus nº 2097907-09.2021.8.26.0000**

**Impetrante: Ronaldo Vieira dos Santos**

**Paciente: Jucimara Maria de Souza**

**Juízo do Juizado Especial Criminal do Foro de Guarulhos**

**Habeas Corpus. Crime de Trânsito. Prescrição. Acusada intimada da sentença por meio de edital. Conversão em prisão domiciliar. Liminar indeferida.**

1. Paciente definitivamente condenada à pena de 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de detenção em regime inicial semiaberto em razão da prática do crime tipificado pelo art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro (condução de veículo automotor sem habilitação). Maus antecedentes e reincidência reconhecidos na sentença condenatória. Prescrição retroativa e intercorrente não evidenciadas. Incidência do aumento de 1/3 (um terço) previsto no artigo 110, parte final, do Código Penal. Prazo prescricional de 04 (quatro) anos da prescrição executória não transcorrido.
2. Ausência de provas de que a paciente seja a única responsável pelos filhos menores, critério subjetivo fixado no HC nº 165.704 do STF. Precedentes.
3. A Recomendação 62/2020 do CNJ não fixa direito subjetivo à liberdade. Estabelece critérios que orientam os juízes na apreciação dos pedidos de liberdade e/ou concessão de benefícios aos detentos como medidas de prevenção para a pandemia do coronavírus.
4. Ausência de elementos concretos a indicar que a paciente será recolhida em estabelecimento destinado aos condenados em regime fechado. Simples presunção que não pode ser elevada à condição de ameaça de constrangimento ilegal.
5. Ordem denegada. Liminar cassada.

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado pelo advogado **Ronaldo Vieira**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**dos Santos**, em favor de **JUCIMARA MARIA DE SOUZA**, em face de constrangimento ilegal em tese praticado pelo **Juizado Especial Criminal do Foro de Guarulhos**, consistente na decisão que determinou a expedição do mandado de prisão em desfavor da paciente.

Segundo o impetrante, a paciente foi condenada, nos autos do processo criminal nº 0043328-65.20158.26.0224, à pena de 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de detenção, em regime inicial semiaberto, como incurso no artigo 309 da Lei 9.503/1997. Alega que, entre a data do recebimento da denúncia e o trânsito em julgado, transcorreu o prazo prescricional de 03 anos previsto na legislação vigente, operando-se, portanto, a prescrição retroativa. Destaca o cabimento do *habeas corpus* e afasta a alegação de supressão de instância. Salienta o desinteresse do Estado em punir tempestivamente a paciente, não havendo que se falar, desse modo, em aplicação da pretensão executória tardia. Subsidiariamente, aduz que a paciente será recolhida em unidade prisional e mantida em regime fechado, ante a indisponibilidade de vaga no regime semiaberto, mesmo que tenha sido fixado regime mais brando quando de sua condenação. Menciona, ainda, a situação causada pelo novo coronavírus e cita a Recomendação nº 62 editada pelo CNJ. Afirma ser a paciente responsável pelos cuidados de sua filha menor de idade, além de ser gestante. Entende, assim, ser de rigor a concessão da prisão domiciliar à paciente. Aponta, ainda, que a paciente reúne condições favoráveis à conversão da pena privativa de liberdade em restritivas de direito. Postula, destarte, pela concessão da ordem para que seja declarada extinta a punibilidade sendo expedido, em favor da paciente, o contramandado de prisão e, subsidiariamente, seja fixado o regime aberto para o cumprimento da pena ou, ainda, a prisão domiciliar (fls. 01/18).

Deferida parcialmente a liminar (fls. 115/117), a autoridade apontada como coatora ofertou as informações que lhe foram solicitadas (fls. 120/167). A d. Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Exma. Dra. Maria Lucia Ribas, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 171/174).

**Eis, em síntese, o relatório.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Por envolver a limitação ao exercício do poder-dever punitivo, a extinção da punibilidade insere-se no campo do evidente e manifesto interesse público. Assim, a afirmação da extinção da punibilidade, mediante declaração judicial, independe de provocação. Não se trata, portanto, de mera faculdade, mas sim de dever imposto à autoridade judiciária no exercício do controle poder punitivo e no resguardo dos espaços reservados à liberdade do indivíduo que lhe competem. Dessa forma, o prolongamento da persecução, seja na fase de conhecimento, seja na fase de execução criminal, constitui potencial ato lesivo à liberdade de locomoção o qual legitima o ajuizamento da ação constitucional destinada a sua tutela. Nesse passo, o *habeas corpus* aqui impetrado busca corrigir a eventual omissão da autoridade judicial ao desconsiderar a suposta extinção da punibilidade que seria impeditiva da satisfação do poder-dever punitivo.

Pelo que se infere dos autos, a paciente foi presa em flagrante no dia 24 de maio de 2015, em razão de suposta prática do delito de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor. Com a finalização do inquérito policial, o Ministério Público imputou à paciente a prática do delito previsto no artigo 309 da Lei 9.503/97. Com a apresentação da resposta à acusação, a autoridade judiciária ratificou o recebimento da denúncia no dia 03 de agosto de 2017.

Após o regular trâmite da ação penal, a paciente foi condenada à pena de 09 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão em regime inicial semiaberto (fls. 56/59 dos autos originais). A sentença foi publicada em 06 de setembro de 2017 (fls. 59 dos autos originais) e transitou em julgado para o Ministério Público no dia 18 de setembro de 2017 (fls. 72 dos autos originais). A paciente foi intimada por edital (fls. 73/74 dos autos originais). Uma vez transcorrido o prazo, a sentença transitou em julgado para a defesa no dia 17 de fevereiro de 2020 (fls. 77 dos autos originais). A autoridade apontada como coatora determinou, no último dia 02 de março, a expedição de mandado de prisão em desfavor da paciente (fls. 82 dos autos originais).

**A ordem é denegada.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Como é sabido, as causas extintivas da punibilidade fulminam o poder punitivo do Estado, impedindo, dessa forma, a movimentação da máquina persecutória dirigida à afirmação da responsabilidade do suposto agente do ilícito penal, com a aplicação da resposta punitiva correspondente. A questão, a toda evidência, envolve matéria de ordem pública e, como tal assenta-se, na noção de legalidade.

Dentre as causas extintivas da punibilidade, encontra-se a prescrição penal. Funda-se ela no primado da dignidade humana, tendo como fato gerador a inatividade dos órgãos públicos de persecução. Salvaguardadas as excepcionais hipóteses em que a elevada gravidade dos crimes conduz à afirmação da imprescritibilidade, a regra geral é a do impedimento da perpetuidade do poder punitivo, ou simplesmente, a prescritibilidade das ações criminais.

Em nosso sistema, coube ao legislador infraconstitucional regular a questão ao dispor sobre as diferentes formas de prescrição, comumente denominadas de prescrição de pretensão punitiva e prescrição da pretensão executória. Muito embora ambas fulminem o poder punitivo estatal, a primeira envolve, especificamente, o poder de perseguir o suposto agente da prática delituosa afirmando a sua responsabilidade penal com a imposição da sanção penal correspondente. Já a prescrição executória, supõe a definitividade do comando condenatório e, dessa forma, representa um impedimento à execução da sanção penal estabelecida.

Da análise dos autos, depreende-se que em desfavor da ré pesa a execução do comando condenatório que afirmou a sua responsabilidade penal pelo crime tipificado no artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, em razão de fatos ocorridos em **24 de junho de 2015**. Em 01 de setembro de 2016, o Ministério Público ofereceu denúncia (fls. 35/36 dos autos originais), a qual foi recebida na data de **03 de agosto de 2017**, durante a audiência de instrução, debates e julgamento (fls. 50/53 dos autos originais).

Finda a instrução, por sentença publicada em **06 de setembro de 2017**, a ação foi julgada procedente sendo a acusada condenada à pena de 09 meses e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

10 dias de detenção, em regime inicial semiaberto (fls. 56/59 dos autos originais). A sentença transitou em julgado para a acusação em **28 de setembro de 2017** (fls. 72 dos autos originais).

A ré foi intimada da sentença por meio de edital expedido e publicado em **02 de dezembro de 2019** (fls. 73/75 dos autos originais). Findo o prazo do edital, decorreu o prazo sem apresentação de recurso, de modo que a sentença transitou em julgado para a defesa em **17 de fevereiro de 2020** (fls. 77 dos autos originais).

Como é sabido, o prazo prescricional que deverá incidir no presente caso é aquele previsto pelo artigo 109, inciso VI, do Código Penal, qual seja, **03 anos**, lapso não transcorrido entre o recebimento da denúncia e o trânsito em julgado. Observe-se que nos termos do art. 110, §1º do Código Penal, com redação dada pela Lei 12.234/2010, em nenhuma hipótese a prescrição pode ter por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.

Da mesma forma, o prazo prescricional não foi superado levando-se em conta a data em que a sentença foi prolatada e o seu efetivo trânsito em julgado.

Com relação à prescrição da pretensão executória, a reincidência impõe o aumento do prazo prescricional a razão de um terço<sup>1</sup>. É o que proclama o artigo 110 do Código Penal. Nesse passo o prazo de **04 (quatro) anos** ainda não foi superado

No que se refere ao pleito subsidiário de concessão de prisão domiciliar, não há elementos claros que apontem ser a paciente imprescindível aos cuidados de seus filhos. Nesse sentido, a ausência de prova reveladora da situação excepcional inviabiliza a flexibilização da regra prevista no artigo 117 inciso III da Lei de Execuções Penais<sup>2</sup>. Nesse sentido, já se decidiu:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/06. PLEITO DE CONCESSÃO DA PRISÃO

<sup>1</sup> Conforme certidões de fls. 28/29 e 31 dos autos originais.

<sup>2</sup> Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: (...) III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DOMICILIAR. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida no HC 143.641/SP, concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda relacionadas naquele feito. Estendeu a ordem, de ofício, às demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, sendo certa a inaplicabilidade do referido entendimento aos casos de cumprimento de pena definitiva. 2. In casu, i) a paciente cumpre pena definitiva de 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06; e ii) o Superior Tribunal de Justiça destacou, conforme concluiu o Tribunal de origem, que “não foi constatada situação excepcional que permita flexibilizar a regra disposta no art. 117 da Lei de Execuções Penais – notadamente porque não foi demonstrada situação de desamparo da criança”. 3. O habeas corpus é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos. 4. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 17/05/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 8/8/2016. 5. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 1º/7/2015. 6. Agravo regimental desprovido. (STF, HC 179914 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-119 DIVULG 13-05-2020 PUBLIC 14-05-2020).

Não há, igualmente, provas indicativas de que a paciente integre grupo de risco ou que seja portadora de comorbidade preexistente que pudesse conduzir ao agravamento de seu quadro geral de saúde a partir de eventual contágio. Ademais, as disposições da Resolução 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça fixam orientações para a adoção de medidas preventivas para a propagação da pandemia no sistema penitenciário. Não fixam direito subjetivo à liberdade. Tampouco impedem a





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ponderação entre a urgência da situação emergencial e os requisitos das cautelares na singularidade dos casos.

Não há, por fim, indícios de que a paciente será inserida em estabelecimento penal próprio para o regime fechado. A questão, por ora, é meramente especulativa.

Dessa forma, ausente constrangimento ilegal a ser sanado pelo presente remédio heroico, a denegação da ordem é medida que se impõe.

**Com supedâneo no exposto, pelo meu voto, denego a ordem do presente *habeas corpus*, tornando insubsistente a liminar concedida**

**MARCOS ALEXANDRE COELHO ZILLI**

**Relator**